



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO CURSOU, EM NENHUM MOMENTO, PARTE DO ENSINO MÉDIO EM CURSO REGULAR, INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONALIZANTE, OU AINDA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

(Para candidato (a) à vaga reservada pela Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) que, conforme item 11.2.1 do Edital Normativo do SiSU/UFOB 2023, apresentar Certificado de Conclusão do Ensino Médio com base no resultado do ENEM ou do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA ou de exames de competência realizados pelos sistemas estaduais de ensino.)

Eu, _____, portador/a do RG nº. _____, órgão expedidor _____ e do CPF nº. _____ participante do Processo Seletivo SiSU/UFOB 2023 regido pelo Edital PROGRAD/CPS nº 01/2023 (Edital Normativo), declaro, sob as penas da lei, que:

- 1 – Concluí o Ensino Médio por meio de (EXAMES SUPLETIVOS, ENCCEJA ou Certificação pelo ENEM), conforme certificado de conclusão apresentado à Comissão de Matrícula do SiSU/UFOB 2023;
- 2 – Em nenhum momento cursei parte do Ensino Médio em curso regular, integrado ao ensino técnico-profissionalizante, ou, ainda, na modalidade de Jovens e Adultos (EJA), seja em escola pública ou privada;
- 3 – Estou ciente de que, conforme item 11.2.1 do Edital Normativo do SiSU/UFOB 2023, os candidatos contemplados pelo item 11.2 desse Edital, que tenham cursado alguma etapa do ensino médio regular ou integrado ao técnico-profissionalizante, devem comprovar a frequência em escola pública mediante apresentação do Histórico Escolar (parcial) do Ensino Médio.
- 4 – Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito(a) às sanções prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

_____, _____ de _____ de 20____.
(Cidade/UF)

Assinatura do/a Declarante

Assinatura do Responsável Legal no caso de candidato(a) menor de idade

*Decreto Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal – Falsidade Ideológica
Artigo 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:
Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.